

**E
n
v
i
s
t
r
e**

JORNALISMO COM TRANSPARÊNCIA E RIGOR PROFISSIONAL

Janio de Freitas encara a prática jornalística como exercício cotidiano de investigação e apuro da informação a serviço do leitor

*Janio de Freitas, 63 anos, carioca, jornalista formado na redação do **Diário Carioca**. Responsável, na década de 50, pelas inovações introduzidas no **Jornal do Brasil**, as quais, incorporadas pela maioria dos jornais do país, transformaram a prática jornalística. Colunista e membro do Conselho Editorial da **Folha de S. Paulo**, conta a **Comunicação & Educação** o que pensa sobre o exercício da profissão; fala sobre imprensa e censura, sobre a relação da imprensa com as forças econômicas e o poder político.*

Com a simplicidade de quem não precisa provar competência e transparência no exercício profissional, dá uma verdadeira aula ao tratar do relacionamento entre jornalista e fonte informativa, além de ressaltar a necessidade, em períodos de estabilidade democrática, do jornalismo denúncia.

*Por:
Roseli Fígaro*

Revista Comunicação & Educação: *Como e quando você se definiu pelo jornalismo?*

Janio de Freitas: Não me defini pelo jornalismo, aconteceu de eu me tornar jornalista. Foi um acaso. Uma pessoa que tinha lido umas coisas minhas tinha um parente no **Diário Carioca**, era o Maneco Muller, que se assinava Jacinto de Thormes. O único cronista social propriamente dito, que sabia escrever e sabia o que estava escrevendo. Ele leu, se interessou e mandou que eu aparecesse por lá. Acabei ficando, mais por curiosidade.

RCE: *Você foi diagramador e fotógrafo só no **Diário Carioca**?*

J. de Freitas: Não, lá comecei a aprender a fazer essas coisas. O Maneco Muller dirigia um suplemento que se chamava **Revista do Diário Carioca**. Essa revista tinha uma equipe extremamente pequena, eram três ou quatro pessoas, de modo que ali se aprendia a fazer mais ou menos de tudo. Como eu tinha interesse por desenho, quis

ver como era a estrutura gráfica de um jornal. Interessei-me também pelo processo que se desenvolvia na oficina. Fui para lá por minha conta. Acho que é uma experiência que todo jornalista deveria ter, foi muito valioso para mim e percebo o quanto isso faz falta em quase todos os outros, ainda hoje.

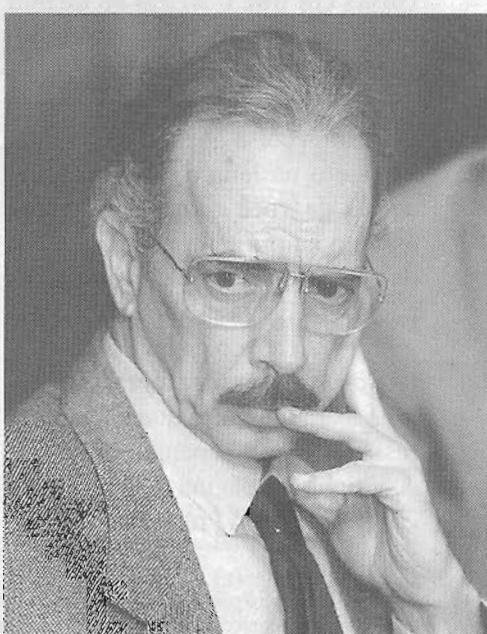
RCE: *Em quais outras empresas você trabalhou?*

J. de Freitas: Eu fiquei no **Diário Carioca** alguns anos. Enquanto estava lá não deixei de trabalhar como desenhista (de manhã trabalhava como desenhista e à tarde pegava no **Diário Carioca**). O Otto Lara Resende foi convidado para dirigir a **Manchete** e, pouco tempo depois, ele me convidou, por indicação do Fernando Sabino. Fiquei na **Manchete** e no **Diário Carioca**. Depois saí do **Diário Carioca**, continuando na **Manchete**, e fui para o **Jornal do Brasil**. Quando saí da **Manchete**, fiquei no **Jornal do Brasil** e em **O Cruzeiro**. Depois no **Jornal do Brasil** e **Rádio Jornal do Brasil**. Logo após, só **Jornal do Brasil** e depois no **Correio da Manhã**, no **Última Hora**, no **Jornal do Esporte** e na **Folha de S. Paulo**.

RCE: *Na década de 50, a imprensa brasileira passou por profundas transformações. Quais foram elas e qual o papel do **Jornal do Brasil** neste processo?*

J. de Freitas: Acho que houve duas transformações, de fato influentes. Uma foi a do **Diário Carioca**, e eu

não participei disso. Quando cheguei, o **Diário Carioca** já havia introduzido mudanças. Mas tive a sorte de pegar o **Diário Carioca** em uma época em que ele foi a melhor escola de jornalismo da imprensa brasileira, principalmente pela atividade de Luís Paulistano. Ele era um jornalista absolutamente excepcional, com sensibilidade para a reportagem e muito talento como redator e editor. A outra foi a do **Jornal do Brasil**. Há pessoas que atribuem importância à **Última Hora**, lançada mais ou menos no começo da década de 50, mas eu não atribuo. Acho que era um caos, uma fantasia, um jornal popularesco, copiando muitos jornais do exterior, ao passo que o **Diário Carioca** foi uma coisa muito criativa. Era um jornal pequeno, com um texto peculiar, que conseguia ter o humor carioca impresso, o que não é fácil.



Janio de Freitas

Folia Imagem/Jorge Araújo

E o Jornal do Brasil tem a sua importância demonstrada pelo que aconteceu a todos os demais, que procuraram segui-lo, tanto do ponto de vista gráfico como do ponto de vista da linguagem, do tratamento temático etc.

RCE: *Foi nessa época que o Jornal do Brasil introduziu o lead¹, a concepção norte-americana de construir a informação, ou foi o Diário Carioca que trouxe essa experiência?*

J. de Freitas: O *lead* apareceu primeiro no **Diário Carioca**, trazido pelo Danton Jobim e pelo Pompeu de Souza.

O Jornal do Brasil trouxe outras contribuições. Simplificou o lead, tornando-o mais funcional. Introduziu uma certa sistematização gráfica e criou algumas coisas em que o Brasil se tornou inovador. Por exemplo, em elaboração de primeira página.

Pois, uma coisa que me incomodava muito na leitura de jornais era aquilo de você começar a ler um assunto na primeira página e a dada altura encontrar: "continua na página 19"; e lá ia você para a página 19. Acabado de ler esse assunto, você voltava para a primeira página, para um outro que havia interessado e, de repente, lá vinha: "continua na página 24". Era uma coisa infernal. Precisávamos en-

contrar uma solução para isso. Acabei criando a fórmula de um texto extremamente sintético que, sem desvendar toda a importância do assunto, funcionasse, ao mesmo tempo, como uma síntese atrativa para o leitor e como uma vitrina do que era todo o jornal. De tal sorte que, se o leitor quisesse ir diretamente àquele texto, o encontraria completo ou, do contrário, se quisesse ter, primeiro, uma noção do panorama do noticiário do dia, visse esse panorama e depois fosse descobrir os pormenores do interesse dele no interior do jornal. Isso acabou sendo uma coisa adotada, eu creio, hoje, por todos os jornais brasileiros, exceto a **Gazeta Mercantil**. E isso interessou a jornais do exterior porque, desde então, muitos adotaram o sistema.

RCE: *Atribuem também a você a tirada dos fios das páginas, na sua experiência como diagramador. Foi no Jornal do Brasil?*

J. de Freitas: Foi também no **Jornal do Brasil** e isso é até objeto de uma discussão da qual eu normalmente não participo. Muita gente – nem todos – diz que o Amílcar de Castro foi quem tirou os fios. Na verdade, a experiência da página sem fios não foi na primeira página, foi na página de esporte do **Jornal do Brasil** e todo mundo sabia que eu era redator e paginador de esporte. Ainda não ti-

1. *Lead* é o primeiro parágrafo da notícia. Ele é uma síntese que responde às principais questões relativas ao fato acontecido: quem é o protagonista do fato? o que aconteceu? onde? quando? e, finalmente, por quê? (N.E.)

nha havido a grande reforma do jornal e o Amílcar não trabalhava no **Jornal do Brasil**. Isso é facilmente demonstrável pelas datas: ele tinha trabalhado, saiu e voltou quando eu dava início à grande reforma do jornal. Nesse interregno, coisa de uns oito meses antes, foi que o fio saiu da página de esportes. O Amílcar sequer trabalhava no jornal. Como paginador, ele teve um papel importante na reforma gráfica do **Jornal do Brasil**, assim como todas as pessoas que lá trabalhavam. Uma pessoa que nunca é citada, mas trabalhava com grande eficácia, com uma velocidade fantástica – nunca vi outro paginador tão veloz – era o Waldir Figueiredo. Com ele eu editava todo o miolo do jornal. A página de esportes, passou a ser feita pelo Fernando Horácio ou pelo Carlos Lemos, e a primeira era feita por mim e pelo Amílcar. Eventualmente, por mim e pelo Waldir Figueiredo. Os suplementos do **Jornal do Brasil**, o **Caderno B** e o **Suplemento Dominical do Jornal do Brasil (SDJB)**, o famoso **Suplemento Concretista**, ambos tiveram muita importância gráfica. Nenhum dos dois foi feito por mim ou pelo Amílcar, embora esteja até saindo aí um livrinho, de um Washington não sei das quantas (Washington Dias Lessa), sobre comunicação visual, editado por uma dessas universidades, também não sei qual, que atribui tudo ao Amílcar. O **SDJB** e o **Caderno B**, muito importantes, foram feitos, ambos, graficamente,

pelo Reinaldo Jardim, e ele não é reconhecido. Como é que o sujeito faz um livro, numa editora de uma universidade, e não ouve as pessoas que foram envolvidas no processo. Ouve um só. É a isso que se chama pesquisa universitária, no Brasil? Aí, esses professores é que escutaram os jornalistas, porque "não publicaram a coisa precisa, não estão sendo leais, fiéis". Só que esse sujeito teve anos para fazer esse negócio e a gente tem apenas horas para fazer o trabalho.

RCE: E o Alberto Dines, qual o papel que desempenhou nesse processo?

J. de Freitas: O Alberto Dines entra no **Jornal do Brasil** bem mais tarde, já com a reforma realizada.

RCE: Sei que ele teve um papel importante na formação dos cadernos de jornalismo e no banco de dados do **Jornal do Brasil**.

J. de Freitas: Isso mesmo. Mas não era um banco de dados, pelo menos no sentido em que essa denominação é usada em jornais, pelo mundo afora. Ali era um grupo de redatores que preparava textos de pesquisa. Era mais um departamento de pesquisa do que um banco de dados.

RCE: Da equipe responsável com a qual você trabalhava, quais eram as pessoas que estavam no centro dessas mudanças?

J. de Freitas: Já falei do Amílcar. O Reinaldo Jardim e o Ferreira Gullar cuidavam do **Suplemento**

Dominical do Jornal do Brasil. O Reinaldo Jardim tinha um comando mais formal, mais estético, digamos, e o Gullar mais de conteúdo, do teor do caderno. O Fernando Horácio foi editor de esporte, um sujeito muito talentoso. E também o José Ramos Tinhão, que de anos para cá vive em São Paulo, como historiador, deixou o jornalismo há muito tempo. Foi uma porção de pessoas, estou citando só alguns.

RCE: Você também trabalhou no *Última Hora*. Como foi a sua experiência?

J. de Freitas: Trabalhei um ano em **Última Hora**, quando o Samuel Wainer estava morando na França e o jornal se encontrava em situação extremamente grave, digamos que tecnicamente, não juridicamente, falimentar ou pré-falimentar. Fui dado, então, como uma pessoa que poderia recuperar a empresa e o jornal. Foi em 1967, o ano em que o Costa e Silva assumiu e introduziu uma espécie de liberalização.

Foi exatamente o que me permitiu fazer o trabalho que fiz em Última Hora. Tive sorte, deu tudo muito certo e antes do final do ano o jornal tinha adquirido força bastante para que permitisse a volta do Samuel sem nenhum risco. Saí uma semana depois de sua volta. Entreguei o jornal com todas as contas em dia. Foi o primeiro ano da história do Última Hora em que ele registraria lucro de balanço.

Só havia uma conta que não estava em dia, a conta do papel. Eram anos e anos de dívida, mas estava tudo composto e as parcelas todas em dia. E o jornal passou por uma situação esplêndida, a tal ponto que pesquisas feitas pelos **Diários Associados** davam o *Última Hora* como o jornal de melhor índice de leitura, da classe A até a D. Foi um período muito bom, que infelizmente não produziu maiores resultados porque o Samuel imediatamente revirou tudo, voltou tudo ao passado e estourou o jornal. Faliu.

RCE: O *Última Hora* era um jornal populista de esquerda?

J. de Freitas: Antes de 64? Só se você considerar que o PTB era de esquerda. Eu, por exemplo, não diria isso. Era um jornal populista.

RCE: E depois de 64?

J. de Freitas: Depois de 64 se tornou um jornal covarde. Não tinha coragem de ser contra o regime, mas também não tinha coragem de ser a favor porque se liquidaria com o setor populista, aquele a quem tinha se dirigido sempre. Então ficou ali, com medo de um lado e com medo de outro.

RCE: O que a censura significou para a imprensa nos anos da ditadura militar?

J. de Freitas: Esse é um assunto realmente problemático porque, num certo sentido, a censura agia em função de uma política e de um regime que eram perfeitamente apoiados pelos jornais, pelas televi-

sões e pelas rádios. Se a gente pensar nos termos da imprensa convencional, acho que feriu apenas por pudor, aquela coisa de dizer: "a liberdade de imprensa está sendo ferida". Mas era uma liberdade que se exercia efetivamente? Alguém teria tido abrigo em **O Globo**, no **Jornal do Brasil**, em **O Estado de S. Paulo**, na **Folha**, onde quer que fosse, para publicar artigos, denunciadores do regime, da falta de democracia? Não teria, não. É esquisito que houvesse e haja ainda reclamações do que foi a censura, por parte da imprensa institucional. Agora, para quem estava ali com a mão na massa, fazendo jornal, pelo menos para uma boa parte dessas pessoas, porque a outra aderiu mesmo ao regime, claro que era imensamente incômodo, chato, aborrecido, revoltante o sujeito fazer um trabalho e não poder sair, saber que tal fato está acontecendo e não poder editar esse fato. O outro aspecto da censura é aquele voltado para a imprensa não institucional, para a imprensa chamada "alternativa". Outra vez é curiosa a contradição, porque de uma parte foi realmente violenta, impiedosa, estiolante, homicida em relação a essa imprensa. No entanto, se não houvesse essa censura, a imprensa alternativa talvez não tivesse chegado a ser tão importante quanto foi. Não fosse o regime, patrono da censura, essa imprensa talvez não tivesse tido a projeção que teve. Enfim, considero essa visão realmente complicada. Passei os anos mais duros do regime militar fora de jornal. Eu era

uma das pessoas a quem não se devia convidar para trabalhar.

RCE: *Qual a relação da imprensa com o Estado e com as forças econômicas?*

J. de Freitas: Eu acho que a tradição mais forte da imprensa brasileira é exatamente a sua fidelidade ao poder econômico e ao poder político. Isso vem de muito tempo. Na República, quase não se poderia dizer que tenha havido alguma parte expressiva da imprensa que tivesse fugido a essa regra. Acho que isso continua. Mudou muito foi a forma de fazer isso. Os jornais eram muito mais explicitamente ligados às correntes políticas. Havia jornal que se dizia "udenista", outro "petebista", como era o caso do **Última Hora**. Isso ficou menos explícito após a reforma do **Jornal do Brasil** que, entre outras inovações, trouxe a desconexão com a ordem política. Ele não teve, enquanto eu estive lá, ligação de ordem política. Mas o **Jornal do Brasil** volta a ter essa ligação no anti-janguismo. No golpe, o **Jornal do Brasil** escancara mesmo e, depois, continua durante o regime militar. Mas eu acho que a relação da imprensa com o Estado é quase de fato a de porta-voz dos poderes político e econômico, primeiro o econômico e depois o político.

RCE: *A auto-censura e a censura do poder econômico pairaram sobre a imprensa, não há deformações sobre a atividade dos jornalistas?*

J. de Freitas: Há. Mas aí precisamos ver algumas coisas.

Um fator extremamente significativo, quando se pensa nas causas da auto-censura, é o carreirismo dos jornalistas brasileiros. Aí entra muito aquele negócio do que é que não vai pegar mal, o que é que vai agradar ao patrão.

Essas coisas se tornam causa muito importante da auto-censura, e elas não são de origem explicitamente política, ou necessariamente política. Você nota muito isso hoje, por exemplo, no pessoal que trabalha com economia. O caso da **Folha** mesmo, vamos ser fracos, não é inteligente ser franco no Brasil, mas sejamos. Acho que economia é muito mal tratada no jornalismo da **Folha**, e em grande parte porque há a dedução, em muitas das pessoas que trabalham com o assunto, de que os Frias, ou melhor, o Frias pai pensa de tal maneira, ou provavelmente gostará que tal coisa seja dada de tal maneira ou que tal outra sequer seja dada ou seja escondida. Essas deduções são terrivelmente perigosas.

O realismo além do rei existe muito na imprensa brasileira, na área de noticiários, comentários políticos e, sobretudo, econômicos. Há também muita vaidade. O sujeito faz umas críticas à política econômica, ao Presidente, mas, no fundo, quer estar bem com todos.

Então, a crítica é sempre compensada com um: "mas, em compensação...", "mas, não se pode esquecer que o Presidente também...". Essas coisas são altamente perturbadoras de uma imprensa honesta, correta.

RCE: Os jornais, antes da ditadura militar, tinham uma clara linha política. Eram defensores de diferentes correntes de opinião e forças sociais. Hoje, os jornais são todos iguais? Por quê?

J. de Freitas: Porque hoje a massificação é mais ou menos geral. Não é à toa que o Fernando Henrique leva no dedo uma aliança de casamento com o Antônio Carlos Magalhães, com o Paulo Maluf, com todo mundo que vai passando perto dele, porque, no fundo, ficou tudo mais ou menos uniforme. Você tem, fora disso aí, um contingente muito pequeno: restaram o PDT, o PT, exceto uma ou outra figura desses partidos também já seduzida. E o que mais? A maioria absoluta da classe dirigente na verdade se encontrou numa solução matrimonial boa, fez um grande bordel. Estão todos ali muito confraternizados. Então, aquela divisão mais nítida em que se tinha UDN, PTB, PSD, as correntes da esquerda, isso deixou de existir, a nitidez se perdeu. Existe ainda o segmento chamado de esquerda, mas na total perplexidade, sem sequer saber mais o que é ser de esquerda; o resto, é essa grande força dominadora, resultado do encontro do poder econômico com os setores políticos que o representam.

RCE: Você diria que essa é uma característica da imprensa empresa, que o jornal-empresa é incompatível com a prática do jornalismo interpretativo e também opinativo?

J. de Freitas: Não, não acho que seja. E para ficarmos no caso do Brasil, para não irmos, por exemplo, para a França e citar a história do **Le Monde** e outros, há o fenômeno da **Folha**. A **Folha** é um fenômeno do jornalismo pós-regime militar ou pós-governo Geisel, digamos assim... Como é que acontece isso? Em decorrência do fato de que a **Folha**, com toda a visão de empresa que já tinha na época, percebe que havia necessidade de abrir tematicamente algumas páginas para a manifestação de opiniões que não eram aquelas presentes em todos os jornais. Então, a **Folha** abre a seção "Tendências e Debates" e depois esse espaço de opinião estende-se para outras partes do jornal. Esse foi, inicialmente, um espaço de opinião que chamou atenção para a **Folha**, pela possibilidade de o leitor encontrar pontos de vista e autores que não havia possibilidade de encontrar fora dali. Ao invés de ser prejudicial à **Folha**, ao invés de trair seu caráter empresarial, fortaleceu essa natureza, a ponto de a **Folha** realmente poder se lançar em coisas muito maiores, como a Campanha das Diretas, e publicar denúncias que não se conseguiria fazer em outro jornal. Eu mesmo publiquei na **Folha** muita coisa que nenhum outro jornal teria publicado, e coisas violentamente contrárias a inter-

resses de setores extremamente fortes do poder econômico.

RCE: Quando você começou exatamente na **Folha** e em quais funções?

J. de Freitas: Exatamente, eu não sei responder. Pode ter sido em 81, eu não sei direito. Comecei naquele coluninha do lado direito da página 2, uma coluninha vertical, uma tripinha. Fui convidado pelo Frias, por intermédio do Boris Casoy. Algum tempo depois, eles me chamaram a São Paulo e me convidaram para passar a fazer, além daquilo, textos de reportagem política, meio analíticos, fora do noticiário convencional, e eu fiquei fazendo isso algum tempo, já como funcionário da **Folha**. Numa outra vez me chamaram e me convidaram para fazer uma coluna diária – não mais na página dois. É essa que existe hoje, sobrevive na página cinco. Na hora criei três problemas que achei suficientes para os Frias desistirem: um, o fato de que a coluna seria teoricamente diária, mas não compulsoriamente diária, pois eu escreveria quando houvesse assuntos para escrever, quando tivesse condições mentais e físicas de escrever, fazer por fazer eu não queria fazer; dois, ela não teria o chamado interino, "escreveu fulano", que só serve para criar chateação; e três, eu não queria tamanho fixo. Esse então (o tamanho)achei que matava tudo, porque as páginas se tornaram muito rígidas nos jornais brasileiros. Esse problema do tamanho era uma coisa que eu já pensava há muito tempo.

Se você tem um tamanho fixo – nos jornais que eu dirigi, nunca impus isso a ninguém – e tem mais assunto do que o tamanho permite que você escreva, você vai furtar o leitor; e se não tem assunto para preencher todo aquele espaço, você vai embromar, começa a cozinhar, cascatear – o que é uma molecagem com o leitor, que além do dinheiro está dedicando tempo à leitura do que você escreveu. Então o tamanho pré-determinado não é honesto, não é sério.

Eu já pensava isso de muito tempo, aí aproveitei a oportunidade; mas não adiantou, eles concordaram. Comecei a escrever. Uns dez dias depois quase saí, a coluna quase durou só dez dias. Isso porque mandei a notícia da doença do Figueiredo (do ex-presidente João Batista Figueiredo). Eu dizia que o Figueiredo ia ter que interromper a presença dele no governo porque estava com problemas no coração, precisava fazer uma operação e distanciar-se do cargo. Isso deu um bolo infernal, deu uma complicação dos diabos, todo mundo me contestou. O Rubem Ludwig, aquele general que era chefe da Casa Militar, foi para a televisão à noite, quase matou a minha mãe do coração. Ela estava sentadinha, assistindo ao telejornal, e de repente entra aquele sujeito dizendo: "O jornalista Janio de Freitas é um terrorista". Foi uma coisa terrível, e eu tinha certeza da notícia, estava absolutamente seguro daquilo. Muitos

jornalistas contestaram, alguns até tripudiam por má fé, mas outros fizeram a contestação porque não sabiam mesmo, não acreditavam, a notícia foi violentamente negada pelo governo. Havia três ou quatro pessoas no centro do poder que sabiam do estado do Figueiredo. O empenho da Folha em me contestar foi, para mim, muito pior. Só fiquei porque tinha muita convicção da notícia. Uma semana depois, chega de repente à Presidência do Congresso uma cartinha do Figueiredo pedindo licença para ir ao exterior para tratamento de saúde de urgência. O Boris me telefonou, ele era o chefe da redação, "vamos dar o seu texto na primeira", e eu disse: "não vou escrever sobre isso, não, cabe a vocês, não a mim". O Figueiredo viajou para Cleveland, nos EUA. No meio dos exames, os médicos resolveram parar e levá-lo para a sala de operação. Aí publiquei uma frase de cada uma daquelas pessoas que haviam contestado a minha notícia e no final coloquei: "Ao presidente Figueiredo, votos de pronta melhora. Aos outros também". Depois disso fiquei com a alma em dia.

RCE: *Como é que uma pessoa, com a responsabilidade que você aceitou assumir, transita pelo mundo, pelo Brasil, por essas suas fontes, que redes você consegue construir para chegar a um fato como esse, por exemplo, do coração do Figueiredo? Como é que um jornalista chega a isso, o que é que ele tem que fazer?*

J. de Freitas: O que vou dizer começa por uma imensa obviedade. Aquilo que sai no jornal é, necessariamente, reflexo direto do que é o próprio jornalista como pessoa. Não há nada que vá para uma coluna de jornal, para uma notícia que não reflita o jornalista que fez aquilo. Acho necessário uma certa sensibilidade para o fato, para identificá-lo, e para saber onde é que você provavelmente vai encontrar explicação factual para tal ou qual coisa.

Você consegue fazer um grupo de informantes estáveis e obter informações sérias de informantes eventuais, em razão do que você próprio começou sendo na relação com essas pessoas. Relação que não veio, necessariamente, da sua atividade de jornalista. Pode ter vindo de qualquer tipo de relação social, mas foi um tipo de relação que dependia, fundamentalmente, da confiabilidade.

O sujeito dá, por exemplo, uma informação de dentro do lugar onde ele trabalha, ou de um negócio do qual ele é parte ou está sabendo porque acontece à volta dele. Ele fala e sabe estar seguro, que não corre nenhum risco, por se tratar de você, jornalista, da pessoa que ele conhece e de cujo comportamento não tem receios, desconfianças. Por decorrência vão resultando informações de fontes eventuais, e o trabalho é mais ou menos o mesmo. Só que no caso dessas fontes

eventuais tem-se um esforço de verificação muito maior, às vezes até irrealizável. Há muita informação preciosa que se recebe, mas não se pode usar porque não há meios para documentar ou comprovar. Esse é um problema. Do meu ponto de vista, dos mais cansativos. O trabalho de apuração, de obter a informação não é tão exaustivo, mas o trabalho de verificação, esse é de matar de cansativo, sobretudo porque você às vezes não consegue...

RCE: Você já sofreu censura em sua coluna?

J. de Freitas: Não. Censura, na base do "olha, isso aqui não pode ser publicado, isso aqui não queremos publicar", não. Já houve artigos meus, ou partes deles, que suscitaram conversas com o Frias, pai, ou com o Otávio porque os consideravam temerários demais, ou com uma forma que os preocupava. Conversamos, chegando à conclusão, várias vezes, de que ficava o artigo e, de outras vezes, concluindo que realmente era melhor não exceder em riscos. Censura, no sentido de uma decisão unilateral, nunca houve.

RCE: Qual o papel do jornalismo denúncia na história recente do país? Você acha que esse tipo de jornalismo perdeu função com a estabilidade democrática?

J. de Freitas: Exatamente em função da democracia incipiente é que ele ganhou sentido... Você usou uma expressão que eu não tinha ouvido, não é usual, costumam falar

em "jornalismo investigativo" – eu abomino essa expressão, "você que é um jornalista investigativo", eu não sou jornalista investigativo coisa nenhuma, sou jornalista e ponto. Todo jornalismo é, em princípio, atividade investigatória. Como repórter, você vai cobrir um incêndio, vai lá ver o que aconteceu, vai tentar fazer ali um levantamento típico de investigação: saber quais foram as causas do incêndio, o prejuízo que pode estar causando, a quem está causando, se há possibilidade de ter sido incêndio criminoso, o que é que poderá ter originado essa intenção crimonosa etc. Mesmo para a reportagem de gabinete tem-se que estar pesquisando, é uma forma de investigar alguma coisa.

Acho que esse tal “jornalismo investigativo” é uma esperteza meio charlatã, para criar no jornalismo uma certa categoria de pessoas SWAT. São jornalistas muito especiais, valentes, corajosos, enfrentam coisas formidáveis. Isso não existe, é papo de quem está a fim de se promover, de quem está a fim de passar pelo que não é.

Isso porque, no fundo, encarar os assuntos que implicam perigo, que implicam risco – e eu não estou falandos só do risco físico, pode ser o risco de se ter um problema judicial grave, um problema com a empresa – aí, na hora “h”, esse tal de jornalismo investigativo, em geral, cai fora. Poucos são os jornalistas que entram nessa parada. Enfim, consi-

dero que o jornalismo denúncia tem que existir, em qualquer lugar, em qualquer tempo, em qualquer época. Isso, é claro, depende da possibilidade de se fazer e também não é só uma necessidade do jornalismo brasileiro, é uma prática de interesse de qualquer jornalismo.

RCE: *Qual o significado da Lei de Imprensa como a que está em tramitação na Câmara dos Deputados? Se aprovada, ela significaria uma censura camouflada?*

J. de Freitas: Uma censura camouflada... eu não sei se seria exatamente isso, acho que ela será mais um fator de atemorização da imprensa brasileira.

RCE: *Ela não penaliza muito mais a pessoa do jornalista, o profissional do que a própria instituição, a empresa?*

J. de Freitas: Acho que sim. Ela, na verdade, está procurando fazer com que a empresa seja, ela própria, o agente de intimidação do jornalista, mais até do que já é. Ouço muita gente dizendo que a lei atual é muito branda. Branda coisa nenhuma, são pilhas e pilhas de assuntos que eu não posso publicar por causa da Lei de Imprensa, mas que seriam de conhecimento absolutamente necessário para quem queira ter uma noção dos fatos reais da política brasileira, ou de um dado processo de decisão econômica. E, no entanto, não posso publicar por causa da Lei de Imprensa, fica faltando um elemento, materialmente comprovador.

RCE: Qual o significado da Lei de Imprensa que tramita no Congresso quando se tem no poder, no posto mais alto do país, um democrata?

J. de Freitas: Você está se referindo ao Fernando Henrique Cardoso? Não sei. Primeiro, a gente teria que discutir o que é um democrata, para que eu pudesse aceitar ou não essa definição que você faz do Fernando Henrique Cardoso. Segundo, acho que é muito do interesse de quem está no poder que haja elementos restritivos à imprensa. Nunca soube de ninguém que estivesse no poder e propusesse liberação maior da imprensa. Da boca para fora sim, mas, em termos de ato, eu nunca soube de nenhum, não.

RCE: Você acha que a grande reportagem é incompatível com a atual realidade do jornalismo? Por quê?

J. de Freitas: Está ficando, porque o que era, sob o nome "pauteiro", um agendador dos prováveis temas (o primeiro a ter essa função foi o Jornal do Brasil) a que a reportagem precisaria se dedicar naquele dia, para que no dia seguinte esses temas não faltassem no noticiário do jornal, virou um cargo teratológico dentro das redações.

O pauteiro, hoje, tem um poder incrível. Ele praticamente determina tudo o que seja razoavelmente previsível, de maneira que os repórteres estão cada vez mais compelidos a ir à rua buscar aquilo que o pauteiro predeterminou, embora aquilo não seja o mais importante e nem sempre, sequer, tenha ocorrido mesmo.

Alguma coisa parecida já é suficiente para se transformar naquilo que o pauteiro predeterminou. Mas dentro daquele fato, às vezes, há coisas da maior importância que não são buscadas, ou não são postas no papel; ou são postas no papel, mas na hora de editar alguém chuta para o alto ou chuta para baixo. Então, os jornais estão extremamente condicionados pelos pauteiros, e aí entra o segundo elemento de gravidade dessa história: é que nem sempre os pauteiros são pessoas sequer razoavelmente indicadas para esse exercício. No mínimo, deveriam ser pessoas bem informadas. Nunca recebi um telefonema de um pauteiro para me perguntar alguma coisa, por exemplo. Não entendo como alguém possa estar quase predeterminando o que o repórter vai fazer, sem que tenha partido de uma informação concreta. Acho que isso está estiolando imensamente a reportagem. Ainda há, no entanto, no jornalismo brasileiro, alguns profissionais que sabem apurar fatos, mas isso está se tornando cada vez mais incomum.

RCE: Você acha que esse fato se dá porque o profissional não é bem preparado, ou é porque a relação dele com o jornal-empresa é maior do que a que ele pode ter com o jornalismo?

J. de Freitas: Não acho uma coisa nem outra, para lhe ser franco. Nós nunca entramos muito preparados em jornal, não.

A maioria das pessoas que se tornou jornalista profissional, que eu conheça, senão todas, entraram crus, do ponto de vista cultural, do ponto de vista político e quase sempre, também, do ponto de vista econômico. E é com o trabalho, com a atividade, com o convívio com pessoas profissionalmente habilidosas, preparadas, que se faz a vida de jornalista, que se pode crescer como profissional.

Considero que essas deformações que estão acontecendo são decorrentes de uma falta de exercício crítico, de pensamento crítico do jornalista sobre a sua própria atividade, especialmente os que têm responsabilidades direcionais sobre a atividade do jornalista.

RCE: Você acha que jornalismo não se aprende na escola?

J. de Freitas: A escola pode ajudar. Uma escola de razoável para boa não faz mal a ninguém. Se o novato pode entrar na redação sabendo coisas que não saberia antes, e que provavelmente não aprenderia numa redação, como é o caso de História do Brasil, é ótimo que ele faça escola. Não precisa ser, necessariamente, escola de comunicação. Quem fez alguma coisa na faixa das humanas depois bastaria fazer, se é que é de fato indispensável ou conveniente que haja diploma específico de jornalismo, um curso complementar para aprender o básico de jornalismo e depois aprender o restante nas redações.

Não sei se essas redações de hoje estão ensinando o restante, parece que não. Pelo que estou lendo pelos jornais acho que não, mas seria por aí o caminho. Não parto do princípio de que não faz sentido fazer faculdade de jornalismo, embora eu ache ruim o currículo dos cursos de comunicação. Fiz uma experiência de dois anos, como professor de técnica de jornalismo. Montei um sistema de aula que era, na verdade, uma repetição dos tempos em que preparei profissionais dentro da redação, e saí muito feliz com o resultado. Os alunos aprenderam a escrever mesmo. Das duas turmas houve uns 80% prontos para entrar em qualquer jornal, em qualquer momento, para fazer quase que qualquer trabalho.

RCE: Por que você acha que hoje as redações não preparam mais os profissionais, como já prepararam?

J. de Freitas: Há uma porção de razões, não uma só. Há a decadência geral do país, em termos culturais, que também não é só brasileira, não. Mas o Brasil caprichou especialmente nessa decadência. Outra é que houve, com o regime militar, um corte na cadeia de transmissão de conhecimento, que é o verdadeiro sistema de aprendizado de jornalismo. Exatamente quando se estava tendo um salto de qualidade, de criatividade no jornalismo, criando uma identidade para o jornalismo brasileiro – e em muitos aspectos avançando, passando além do jornalismo institucional de países desenvolvidos – houve esse corte.

Pessoas foram afastadas ou tiveram sua atividade muito restringida ou preferiram mudar de atividade; outras foram forçadas a buscar melhor rendimento em trabalho de televisão ou coisa desse tipo. Começou a se criar um enorme buraco entre as pessoas detentoras do conhecimento a ser transmitido em cadeia e aquelas que estavam chegando. Começa aí o problema. Isso se repetiu em outras ocasiões, por outros motivos. Por exemplo, uma inserção maior de jovens em certas redações, por necessidades muito mais psicológicas do que de qualquer outra natureza. Outras vezes, mudanças no controle da empresa, por uma transmissão hereditária, resultaram no afastamento de profissionais mais habilitados. Houve vários e sucessivos cortes.

RCE: *Num dos recentes editoriais do Jornal Nacional, o locutor Cid Moreira falou sobre a urgência do Congresso em aprovar as reformas de base propostas pelo governo FHC, num flagrante trocadilho com as reformas de base propostas por João Goulart, em 1963, e que o levaram a sofrer o golpe. Qual a relação entre as reformas propostas por Jango e as propostas por FHC? Que resultados econômicos cada uma delas traria para o Brasil?*

J. de Freitas: Não há nenhuma relação entre uma coisa e outra. As reformas de base eram as chamadas reformas estruturais, uma revisão da relação entre produção e propriedade no campo, revisão dos limites da propriedade imobiliária

urbana, das relações entre proprietário e inquilino e por aí afora. Eram todas reformas com implicações muito profundas nas relações sociais e na estrutura sócio-econômica do país.

Não há nenhuma reforma de Fernando Henrique nesse sentido. Ele está nas lantejoulas que vão fantasiar o Brasil para o capital estrangeiro e para alguns setores do capital brasileiro, necessitados de substituir a lucrativa inflação por alguns bons negócios em áreas ocupadas por empresas do Estado, para manter o altíssimo, o recordista padrão de lucro do capital no Brasil.

Eles decidiram buscá-lo nas companhias de energia elétrica, nas companhias telefônicas, nas siderúrgicas do Estado, que no fundo têm sido compradas por bagatelas, quase dadas de presente. Acho que não há nenhuma possibilidade de estabelecer qualquer comparação entre as reformas do Fernando Henrique e as do João Goulart. O Brasil continua precisando de reformas estruturais. Não sei se o Jango realmente as faria, acho que são muito difíceis mesmo, porque o Brasil é muito dominado por sua elite econômico-financeira, que não tem nenhuma necessidade de reforma de qualquer tipo. De algumas delas nem se fala mais – reforma urbana, por exemplo, é uma coisa que saiu do vocabulário. E as reformas do Fernando, como disse, são meras aberturas de oportunidades e de conveniências.

O que é essa reforma da Previdência, do ponto de vista das dezenas de milhões de pessoas já aposentadas ou pensionistas, ou em vias de aposentadoria? Nada, nem uma vírgula de benefício para nenhuma dessas milhões de pessoas. O benefício é para as empresas já praticando o plano de aposentadoria e pensão ou esperando só que se aprovem no Congresso as propostas do Presidente, para que se constituam fornecedoras de pensão. A reforma administrativa do Bresser não existe, não muda nada na administração brasileira. Ele acha apenas que é absolutamente essencial demitir. Em alguns setores pode ser até necessário demitir, mas isso não muda nada, isso não é o princípio de nenhuma reforma administrativa, nem o fim – e ele tem isso como princípio e como fim. Reforma fiscal, reforma tributária, nada disso aconteceu.

RCE: *E a reforma agrária?*

J. de Freitas: É isso que você já viu. Terra para fazer reforma agrária até a União tem, a União nem sabe do que ela é proprietária e nem se deu, até hoje, ao trabalho de verificar do que é que ela é proprietária. A União tem terra que não acaba mais, há até Ministérios proprietários de terra: "Essa terra aqui é do Ministério da Agricultura", que maluquice é essa? O Exército era dono de terras, ou é ainda, a Aeronáutica é dona de campos e não pode ser dona: o proprietário é a União. E se a União resolver que agora é mais importante usar essas terras para a reforma agrária tem que usar e a Aeronáutica que vá aprender a dar tiro onde ela quiser. É preciso que haja seriedade, honestidade, não só material, mas intelectual também, que é uma coisa que você não encontra por aí, muito menos no Palácio do Planalto.

Resumo: O jornalista e colunista do jornal **Folha de S. Paulo** dá entrevista à **Comunicação & Educação**, na qual fala sobre as inovações que introduziu no **Jornal do Brasil**, na década de 50; e sobre a censura aos jornais no período do Regime Militar. Defende a necessidade, na atualidade, do jornalismo denúncia e dá sua opinião sobre a Reforma Constitucional.

Palavras-chave: Janio de Freitas, **Jornal do Brasil**, **Folha de S. Paulo**, jornalismo, lead, primeira página, censura.

Abstract: The journalist and columnist of the daily news paper **Folha de S. Paulo** was interviewed by **Comunicação & Educação** and he talks about the innovations introduced in **Jornal do Brasil** in the 50 ths. He also tells about the control of news papers during the military government. He defends the need we have nowadays of a denouncing journalism and gives this opinion on Constitution amendments.

Key-words: Jânio de Freitas, **Jornal do Brasil**, **Folha de S. Paulo**, lead, first page, control.